

XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



REFORMULAÇÕES NAS DIRETRIZES DO PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL (PFEMTI)

Ana Carolina da Silva Pereira

Sabrina Thalia Quoos

Universidade de Santa Cruz do Sul

Eixo 4 – Políticas públicas, currículo e sociedade

A ampliação da jornada escolar e a adoção de modelos de educação em tempo integral têm ocupado um lugar central nas políticas educacionais brasileiras desde o início do século XXI. Tais iniciativas foram apresentadas como respostas às demandas por melhoria da qualidade da educação e redução das desigualdades sociais, além de estarem alinhadas a discursos de formação integral e desenvolvimento de competências. Contudo, a implementação dessas políticas ocorreu em meio a um cenário de reformas estruturais, marcadas pela expansão de modelos de gestão por resultados e pela crescente influência de organismos internacionais e fundações privadas na formulação de políticas públicas.

É nesse contexto que, em 2016, o Ministério da Educação instituiu o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral (PFEMTI), por meio da Portaria nº 1.145/2016, com o objetivo de induzir a criação de escolas públicas de tempo integral nas redes estaduais e no Distrito Federal. O programa foi concebido como política de apoio técnico e financeiro, articulada ao redesenho do ensino médio e à reestruturação do currículo. Nos anos seguintes, com a aprovação da Lei nº 13.415/2017 e a consolidação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o programa passou por sucessivas alterações, expressas nas Portarias nº 727/2017, nº 1.023/2018 e nº 2.116/2019. Tais modificações não se restringem a ajustes administrativos, mas indicam uma mudança de orientação ideológica e pedagógica, em que a noção de educação integral é progressivamente reinterpretada sob a ótica do empreendedorismo, da autogestão e da eficiência escolar.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as mudanças normativas ocorridas no PFEMTI entre 2016 e 2019, destacando as implicações dessas reformulações para a concepção de tempo integral e para o papel formativo do ensino médio. A análise busca compreender como tais transformações se inserem no movimento mais amplo de reformas educacionais inspiradas na racionalidade neoliberal, que vêm reconfigurando o campo das políticas públicas de educação no Brasil. A pesquisa apresenta caráter qualitativo e documental, fundamentando-se na análise das portarias ministeriais nº 1.145/2016, nº 727/2017, nº 1.023/2018 e nº 2.116/2019, bem como em resoluções complementares do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O procedimento metodológico compreendeu leitura crítica, categorização e comparação das

normativas, com ênfase nas mudanças referentes à: (1) proposta pedagógica; (2) carga horária e componentes curriculares; (3) duração do programa; (4) infraestrutura; (5) processo de adesão; e (6) conversão de turmas. As categorias foram construídas a partir de uma análise de conteúdo, articulada com referenciais teóricos críticos sobre política educacional, currículo e formação integral.

Os resultados apontam para um processo de ressignificação progressiva do PFEMTI, que deixa de ser uma política de indução voltada à ampliação da jornada escolar e se torna um instrumento de regulação das práticas pedagógicas nas redes estaduais. A Portaria nº 1.145/2016 incorporava uma concepção de educação integral centrada na formação humana, inspirada nos quatro pilares da educação do Relatório Jacques Delors da década de 1990, e articulava a ampliação do tempo escolar com a valorização de experiências culturais, científicas e comunitárias.

A partir de 2017, observa-se uma inflexão. As novas portarias passam a enfatizar o cumprimento de metas, o monitoramento de indicadores e a adoção de modelos padronizados de currículo e gestão. O discurso do protagonismo juvenil, apresentado como inovação pedagógica, converte-se em um mecanismo de responsabilização individual, em que o estudante é incentivado a gerir sua própria trajetória e a planejar seu projeto de vida. Como afirmam Dardot e Laval (2016), trata-se da tradução, em termos educacionais, do ideal neoliberal de empreendedor de si.

A centralidade das competências socioemocionais, introduzidas nas diretrizes do Novo Ensino Médio e incorporadas pelo PFEMTI, reforça essa racionalidade. Tais competências, apresentadas como universais e neutras, deslocam a atenção das condições estruturais de ensino para a dimensão subjetiva do sucesso escolar, culpabilizando o indivíduo por seu desempenho e obscurecendo as desigualdades históricas de acesso e permanência.

Outro dado significativo é a redução das exigências de infraestrutura: de 33 itens previstos em 2016, restam apenas 3 em 2019. Essa simplificação reflete a transição para um modelo de autonomia operacional, no qual o Estado transfere às redes e às escolas a responsabilidade pela execução e manutenção do programa, sem garantir os recursos necessários. Essa dinâmica reforça o enfraquecimento da esfera pública e a expansão de práticas de gestão inspiradas no setor privado, como relatórios de desempenho, metas e bonificações simbólicas.

A ampliação do prazo de vigência do programa, de quatro anos para dez, introduzida em 2019, é outro elemento de destaque. Embora apresente a aparência de continuidade e estabilidade, essa mudança institucionaliza o PFEMTI como política estruturante da reforma do ensino médio e consolida a inserção da lógica da permanente avaliação e readequação, característica do Estado gerencial.

Tais transformações estão em sintonia com o avanço das reformas educacionais que, segundo Kuenzer (2005) e Catini (2020), submetem a escola pública à racionalidade econômica e produtivista. A figura do estudante protagonista e do professor mentor substitui o ideal de sujeito crítico e coletivo, privilegiando o desempenho individual e a empregabilidade como finalidades da escolarização. Desse modo, o discurso da formação integral é esvaziado de seu potencial emancipador e reconfigurado como formação para a adaptabilidade.

Além disso, é importante notar que as mudanças nas portarias também impactam a identidade docente e a organização do trabalho pedagógico. A expansão da carga horária sem a devida valorização profissional, a intensificação das exigências burocráticas e a cobrança por resultados produzem um cenário de precarização e desvalorização simbólica do magistério. O professor passa a ocupar o papel de mediador de projetos e metas, perdendo espaço de autonomia e reflexão crítica sobre o processo educativo.

As reformulações do PFEMTI entre 2016 e 2019 evidenciam o alinhamento das políticas educacionais brasileiras à racionalidade neoliberal, que redefine o papel do Estado, da escola e dos sujeitos da educação. Sob o discurso da inovação e da autonomia, instala-se um modelo de governança educacional baseado na gestão por resultados, na padronização de práticas e na transferência de responsabilidades para as unidades escolares.

Esse movimento revela que, ao mesmo tempo em que defende a formação integral e o protagonismo juvenil, o PFEMTI promove a fragmentação curricular e a redução da escola à função de preparação para o mercado de trabalho. Em lugar de ampliar oportunidades e fortalecer a escola pública, as mudanças normativas contribuem para a homogeneização dos projetos pedagógicos, enfraquecendo a diversidade regional e cultural que caracteriza o país. O caso do PFEMTI mostra que políticas baseadas em indicadores e metas tendem a reproduzir desigualdades e a limitar o potencial crítico e emancipador da escola. É necessário, portanto, retomar o debate sobre o tempo integral como direito educativo e social e não como ferramenta de eficiência ou controle.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Políticas públicas; Ensino médio; Tempo integral; Currículo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação Portaria MEC nº 1.145, de 10 de outubro de 2016. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1-145-de-10-de-outubro-de-2016-22055471-22055471>. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 727, de 13 de junho de 2017. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19117576/do1-2017-06-14-portaria-n-727-de-13-de-junho-de-2017-19117413. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 1.023, de 04 de outubro de 2018. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Portaria-No-1.023-de-04-de-outubro-de-2018.pdf> <https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Portaria-No-1.023-de-04-de-outubro-de-2018.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 2.116, de 06 de dezembro de 2019. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/arquivos-nova-ensino/4_portaria-no-2-116-de-6-de-dezembro-de-2019_emti_4-adesao.pdf/view. Acesso em: 7 out. 2025.

CATINI, Carolina. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da Educação. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 53-68, out./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/180045>. Acesso em: 7 out. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KUENZER, Acacia Zeneida (org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2005.